

DISCURSO PROFERIDO NA SESSÃO DE INSTALAÇÃO DA
ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA BAHIA

Roberto Figueira Santos
Ex-Governador da Bahia
Ex-Reitor da Universidade Federal da
Bahia
Ex-Presidente do CNPq

As escassas pesquisas de base científica realizadas em território brasileiro até o começo do século XX, com a possível ressalva de uma ou outra exceção, foram realizadas em órgãos especializados, ora em assuntos de saúde pública, ou na agropecuária, ou na identificação de recursos naturais, e tiveram a orientação de cientistas estrangeiros ou de brasileiros formados em países europeus. Foi, pois, tardio, entre nós, o início do funcionamento de instituições comprometidas com a formação de pesquisadores dedicados à Ciência e à Tecnologia. Deixando de lado instituições criadas, apenas, em documentos oficiais, somente depois de 1930 entraram em funcionamento as nossas primeiras Universidades, a de São Paulo e a do Distrito Federal, então sediado no Rio de Janeiro. Pelo mundo afora, entretanto, **o vigor da economia das nações vinha dependendo, cada dia mais, do progresso científico e tecnológico** que se estendeu tanto aos meios de transporte e comunicação, como à agricultura, à fabricação de alimentos, aos cuidados com a saúde humana, à tecnologia da informação, e atingiu os mais variados aspectos da vida moderna. Entre os objetivos da Academia de Ciências da Bahia, hoje instalada, figura o **decidido estímulo à ampliação das pesquisas tecno-científicas em nossa terra**, assim como a **divulgação, perante o grande público**, do significado desses avanços para a qualidade de vida das populações.

É verdade que o progresso tecnológico com significado econômico nem sempre se origina em ambientes acadêmicos. Resultados de reconhecido sucesso têm sido gerados, desde o passado mais remoto, por pessoas experientes e imaginosas, ocupadas, exclusivamente, com os aspectos técnicos da produção, e sem formação acadêmica. Em muitas situações, a técnica tem andado na frente e condicionado o progresso da ciência. Contudo, ganharam absoluta prioridade no mundo moderno, as oportunidades para a **formação sistemática** de pesquisadores em ciência e tecnologia, particularmente, quando trazem consigo **idéias inovadoras**. Estamos vivendo a chamada “era do conhecimento”.

Nas décadas mais recentes, o Brasil vem realizando intenso e louvável esforço em prol da formação de pesquisadores e da realização de pesquisas institucionalmente organizadas. O atual Governo da Bahia, por intermédio da sua Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), tem proporcionado apoio que se revelou indispensável à implantação da Academia de Ciências da Bahia.

Devo ressaltar, de outra parte, o acerto da iniciativa dos fundadores desta Academia, ao procurarem estreita articulação com a Federação das Indústrias do nosso Estado, o que gerou resposta entusiástica do Presidente Dr. José de Freitas

Mascarenhas. Muitas têm sido as formas pelas quais o Doutor Mascarenhas tem contribuído para o progresso da Bahia. Quero, na oportunidade, dar o meu testemunho de como a sua capacidade de realização foi decisiva para a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari. Continua esse importante complexo industrial a significar, até hoje, o maior investimento num só projeto econômico concretizado em território baiano.

Durante vários séculos, entre os anos 1.500 e a primeira metade do século XX, conforme sabem os nossos conterrâneos, prevaleceu na Bahia a economia agro-exportadora. Ainda na primeira metade do século XX, surgiram, na vizinhança de Salvador, as primeiras provas da existência, em **subsolo brasileiro**, de **petróleo em condições comerciáveis**. Os preparativos para a exploração do petróleo do Recôncavo Baiano constituem um exemplo precoce da saudável articulação entre as instituições acadêmicas e as atividades econômicas. Dirijo-me, em especial, às gerações mais novas, ao recordar a fundamental importância que teve o **petróleo então encontrado**, na transição da economia agro-exportadora (com as limitações que lhe eram próprias), para a moderna industrialização na Bahia. Devo lembrar, igualmente, que, pouco tempo após ocorrer esse achado, existiu ampla colaboração das instituições acadêmicas, a exemplo da Universidade Federal da Bahia, com a sofisticada indústria petrolífera. Esse salto na modernização da economia baiana desencadeou a superação da sua fase anterior, caracterizada por nítida estagnação, vivida na Bahia entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX.

Baianos com profundo conhecimento da problemática regional, a exemplo dos economistas Rômulo Almeida e Pinto de Aguiar, cujos nomes se haviam projetado a nível nacional, contribuíram para a criação e para a fase inicial das atividades da **Petrobrás**. Os cursos referentes à geologia e aos processos de exploração do petróleo, financiados pela Petrobrás e realizados na Universidade Federal da Bahia, com a colaboração de professores brasileiros e de outros, vindos do exterior, foram de indiscutível importância para o início da formação da mão-de-obra especializada, naquele período da nossa história. A criação da Escola de Geologia da Universidade Federal da Bahia, contou com o decisivo apoio da Petrobrás. Estávamos na década de 1950, nos tempos do reitorado de Edgard Santos. A Escola de Geologia foi depois transformada e ampliada e mereceu a designação de **“Instituto de Geociências”**.

O apoio da Petrobrás estendeu-se ao Laboratório de Fracas Radioatividades anexo ao Instituto de Física da citada Universidade. Durante muitos anos, o “Laboratório de lamas” da empresa funcionou em próprio da Universidade. A nossa Escola Politécnica continua recebendo recursos da mesma empresa afim de realizar projetos de pesquisa de interesse da indústria petrolífera. Os poços antes explorados pela Petrobrás, embora com produção diminuída, continuam a oferecer a sua contribuição à economia baiana e brasileira, sob a classificação de “poços maduros”. A escolha do local para a implantação da Refinaria Landulfo Alves foi influenciada pela presença do petróleo no Recôncavo baiano. A vizinhança com a Refinaria mostrou-se essencial à localização, em Camaçari, do Complexo Petroquímico do Nordeste. E foi importantíssimo fator essencial à constituição da Brasken, empresa que, por se manter adiante das “fronteiras do conhecimento”, é motivo de orgulho para os baianos. Desde o seu início, destacou-se o projeto da indústria petroquímica baiana, pela atenção dedicada à preservação do meio ambiente pelos seus idealizadores, de forma pioneira àquela época. A infra-estrutura então construída para a petroquímica, atraiu para o local

a metalurgia do cobre e a indústria automotiva. A mesma fonte de riqueza condicionou a geração de grande número de empregos, assim como a construção de uma rede de estradas financiada pela Petrobrás e que tem sido de grande valia para os habitantes do entorno da Baía de Todos os Santos. O Porto de Aratú, inicialmente destinado ao Centro Industrial localizado no vizinho município de Simões Filho (CIA), teve a sua estrutura modificada para atender à demanda da indústria petroquímica. Durante os anos de 1970, o antigo porto de São Roque foi adaptado e funcionou como estaleiro para a montagem de plataformas destinadas à exploração submarina de petróleo. Depois de muitos anos de abandono, cuida-se agora de reaproveitar o local na instalação de promissora indústria naval. A fim de integrar o acervo do Museu didático de Ciência e Tecnologia instalado em Salvador na década de 1970, a Petrobrás financiou a construção de modelos, a três dimensões, das moléculas dos produtos então fabricados no Pólo Petroquímico. Até onde pude averiguar, desconhece-se o destino dessas valiosíssimas peças. Ficam, assim, **fartamente exemplificados** os benefícios resultantes da riqueza mineral do nosso Estado que dependeram da aplicação de tecnologias avançadas, baseadas em pesquisas científicas.

Poucos anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, o Governo brasileiro criou o **Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq)**, o órgão governamental encarregado de incrementar e coordenar a formação de pesquisadores e de financiar pesquisas tecnocientíficas. Desnecessário ressaltar a elevada significação dessa iniciativa, que acaba de completar sessenta anos de vitoriosa trajetória. Aos recursos originados de diferentes órgãos federais, se acrescentaram outros dedicados ao desenvolvimento técnico-científico, provenientes dos Estados, a exemplo das **Fundações de Amparo à Pesquisa** de várias unidades da Federação, destacando-se a do Estado de São Paulo (FAPESP), beneficiada, ao longo de mais de quatro décadas, pela notável visão estratégica dos seus administradores. Entidades congêneres no nosso Estado tiveram vida curta até que a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) passou a atuar há mais de oito anos consecutivos, durante os quais vem contribuindo de forma significativa para o avanço tecnocientífico na Bahia.

Criada em 1946, a Universidade Federal da Bahia, deu um grande passo à frente durante a década de 1960, ao reorganizar-se a fim de melhor contribuir para o crescente dinamismo da economia regional. A estrutura universitária foi então alterada em favor da modernização dos departamentos responsáveis pelos setores básicos do conhecimento (filosofia, matemática, física, química, biologia geral, geo-ciências, ciências humanas), de modo a criar condições mais propícias à formação de pesquisadores e à realização de pesquisas. Na mesma década de 1960, tiveram nova regulamentação os cursos de pós-graduação “*stricto sensu*” (mestrados e doutorados), com a exigência de trabalhos de tese ou dissertação. A qualidade desses trabalhos, favorecida pela reestruturação da Universidade, tem sido claramente superior à que se verificava nos doutorados do nosso passado remoto. Nas Universidades federais, pela mesma época, começou a implantar-se, gradualmente, o **regime de trabalho em dedicação exclusiva**. São enormes as limitações que incidem sobre as pesquisas realizadas por pessoal em regime de tempo parcial, como era regra geral nas Universidades federais, até poucas décadas passadas.

Os **projetos de pesquisa ligados à pós-graduação** universitária respondem por boa parte do aumento, nos últimos tempos, da produção científica baiana e brasileira. Grandes saltos, como os que ocorreram na década de 1960, têm períodos de

maturação necessariamente longo. Abundantes recursos, oriundos dos orçamentos nacionais e locais de educação e de ciência e tecnologia, têm sido investidos nos programas de pós-graduação, com notório sucesso. Importa, contudo, reconhecer a **insuficiente articulação** entre **os projetos de pesquisa a cargo das instituições acadêmicas** e as atividades das empresas do **setor produtivo**. Como exemplo de um primeiro serviço a ser prestado pela nossa Academia de Ciências à comunidade baiana, cabe citar a aproximação que deverá ocorrer, entre as pesquisas que interessam às indústrias, de um lado, e, de outra parte, as instituições locais responsáveis pelos cursos de doutorado e mestrado. Representantes da Federação das Indústrias hão de reunir-se com os coordenadores dos cursos de pós-graduação das nossas Universidades, a fim de promoverem a investigação de temas de interesse comum a ambas as partes, o que inclui a superação de “gargalos” frequentes no desenvolvimento de processos industriais. É de prever que essa colaboração resulte em grande proveito para a economia do nosso Estado.

Estamos vivendo, atualmente, a “era do conhecimento”, inaugurada nos países avançados e disseminada pelo mundo afora. Caracteriza-se esse período da História por processos de produção e distribuição de grande dinamismo, beneficiados por tecnologias constantemente recriadas em atendimento à demanda dos consumidores, com a observância do método científico e o devido respeito ao meio ambiente. O progresso técnico-científico e a competição nos mercados nacionais e internacionais, passaram a exigir do setor produtivo constantes **inovações** nos bens e serviços. Novos perfis profissionais estão sendo exigidos pelo mercado de mão-de-obra, ao que a rede educacional tem tido de responder, mediante currículos que se modificam com grande frequência. A internacionalização das indústrias e dos mercados tem pressionado a favor de associações e fusões de empresas e tem condicionado a mobilização de trabalhadores particularmente qualificados. A inserção da Bahia na “era do conhecimento” chegou com alguma demora, depois que a inclinação natural do nosso povo para manifestações artísticas já revelara considerável capacidade criadora.

Nos tempos modernos, a **qualidade da educação em seus diferentes níveis, tanto pública quanto privada**, se tornou fator do mais alto significado entre os que contribuem para o desenvolvimento econômico de qualquer país. No Brasil, persistiu por longo tempo, a tradição educacional que consistia em impor aos jovens o **acúmulo excessivo de informações** de conteúdo científico, enquanto não se cuidava, adequadamente, de orientar os alunos para **aprenderem a usar essas informações**, a criticá-las e a como chegar, por meio delas, a **conceber novas idéias**. Na Bahia, entre as iniciativas altamente meritórias do Sistema Fieb, inclui-se o CIMATEC, modelo de centro tecnológico com excelente ensino prático, mais um serviço prestado à Bahia pela liderança do Dr. José Mascarenhas, e que estimaríamos ver multiplicado em nossa terra. Tem sido notória, entre nós, a escassez de engenheiros bem formados nas diferentes especialidades, exigindo das autoridades maior agressividade na formação dessa categoria de mão-de-obra. Na raiz da mencionada escassez identifica-se a precariedade dos estudos básicos de matemática, de física e de química, denunciando o insuficiente preparo de boa parte do professorado. A reestruturação das Universidades federais desencadeada na segunda metade da década de 1960, processo de longa maturação a que já fizemos referência, apenas começa a sanar essa grande insuficiência do sistema educacional, ainda bem presente no nosso Estado e observada em todo o País. Devemos, ademais, reconhecer como verdadeiras, as razões da importantíssima

categoria dos professores do ensino fundamental, quando pondera que os trabalhos a seu cargo ainda não têm sido devidamente valorizados pela sociedade brasileira.

Grandes empresas que funcionam no Brasil, sejam públicas ou privadas, vêm mantendo, em geral com reconhecido sucesso, dispositivos destinados à pesquisa e ao desenvolvimento de novos produtos e de novos processos. Ao lado de outros exemplos igualmente respeitáveis, cabe citar o do CENPES, Centro de Pesquisas da Petrobrás, em franca expansão. Entretanto, não, apenas, as **macroempresas** precisam beneficiar-se da investigação tecno-científica. Admite-se, em alguns casos, que as médias e pequenas empresas ofereçam ambientes tão ou mais propícios à implantação de novas idéias e processos, do que as de grande porte. Programas governamentais de apoio **às vocações locais de produção**, conhecidos pela sigla APL (**arranjos produtivos locais**), têm sido orientados, com expressivos resultados, para a melhoria da qualidade de vida das populações a que servem.

Na medida em que vem ocorrendo, no Brasil, a modernização da economia aliada ao aumento da quantidade e à melhoria da qualidade dos trabalhos de ciência e tecnologia, logo transpareceu o desequilíbrio entre o sucesso recente da atividade científica e o minguado número de **patentes** resultantes de idéias inovadoras com proteção da **propriedade intelectual** dos que as conceberam. Assim, enquanto o Brasil ocupa o **décimo quinto lugar** na comparação com os demais países no tocante à produção de trabalhos científicos, ocupamos não mais que o **vigésimo nono lugar** quanto ao número de **patentes registradas** nos órgãos de proteção da propriedade intelectual. Afim de melhor caracterizarmos o significado dos **conceitos inovadores** na economia das nações, cabe mencionar que é avaliada em mais de 60%, a contribuição de inovações na economia européia moderna. Estatísticas levantadas pelo IBGE revelam que a taxa de inovação no Brasil cresceu de 31,5% para 38,5% no período de 2.000 a 2.008, o que indica a necessidade do esforço continuado nesse sentido.

Entidades como o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Academia Brasileira de Ciências (ABC) têm se ocupado em medir a produção nacional em ciência e tecnologia, nos moldes da chamada “cienciometria”, neologismo que pode ferir os nossos ouvidos, porem designa atividade da maior importância no mundo moderno. Graças aos levantamentos da cienciometria, tem sido possível traçar metas realistas que servem de orientação para os órgãos encarregados do acompanhamento da produção científica. A recém-formada Academia de Ciências da Bahia deverá ocupar-se com o aperfeiçoamento desses estudos **em relação ao nosso Estado**, afim de melhor contribuir para o estabelecimento de metas regionais, intimamente relacionadas aos propósitos do governo estadual e das empresas privadas locais.

Ao longo de várias décadas, as políticas públicas do setor industrial, no nosso país, haviam sido orientadas, preponderantemente, para a **substituição de importações**, tendo como resultado o notável avanço da indústria nacional devido à intensa **transferência de tecnologias** desenvolvidas em outros países. Contamos, para isso, com o extraordinário vigor do mercado interno brasileiro, sempre em pleno crescimento. Contudo, devido aos bons resultados das transferências de tecnologia, houve menor empenho no estímulo à geração de idéias inovadoras, capazes de conceber produtos e processos que fossem bem sucedidos **no mercado internacional**. Enquanto

isso, outros países vêm dando preferência, desde longa data, a políticas públicas voltadas para a **inovação** na busca de idéias que diferenciem os seus produtos dos similares já conhecidos no mercado internacional. Nas décadas mais recentes, tem despertado grande interesse a **comparação** entre medidas adotadas pelo Brasil e por outros países, nesse campo. Dessa comparação resultou a reorientação das políticas industriais brasileiras no intuito de incrementar a produção de manufaturados que tenham a proteção de **patentes originadas no nosso país**, capazes de assegurar o aumento da proporção desses produtos no conjunto das exportações brasileiras. Esta a razão da promulgação, desde 2.004, da “**Lei da Inovação**”.

Empresas públicas e privadas se têm beneficiado do apoio dos **Parques Tecnológicos** disseminados por muitos países e já implantados em vários estados do Brasil. Laboratórios instalados nesses parques, entre outras finalidades, têm possibilitado a realização de trabalhos necessários às transferências de tecnologia, enquanto outros vêm funcionando como “incubadoras de empresas”, de grande utilidade para o aproveitamento de novas idéias. Na Bahia, o primeiro desses parques será proximamente inaugurado pelo Governo do Estado, gerando expectativas altamente favoráveis.

Reconhecidamente, no Brasil, a maior parte das pesquisas científicas e tecnológicas tem sido, até agora, financiada pelo **setor público**. Na medida em que a nossa economia cresça e a população enriqueça, essa proporção deverá alterar-se, no sentido da **maior participação da iniciativa privada**. A inovação envolve riscos financeiros que muitas das nossas empresas privadas ainda não conseguem enfrentar. O setor privado tem apontado a elevada carga fiscal como importante fator a dificultar o enfrentamento dos riscos inerentes às novidades quando oferecidas ao mercado. As autoridades brasileiras têm procurado atenuar esse problema com a adoção de subvenções proporcionadas pelo setor público, o que ainda não tem sido suficiente para a integral solução do problema.

Desde o ano de 2.005, entrou em vigor, no Brasil, a lei que concedeu incentivos fiscais a empresas que investem em pesquisa e desenvolvimento. A **integração** entre as **instituições públicas de pesquisa e as empresas privadas** vem resultando no uso compartilhado de laboratórios, na remuneração extra de universitários dedicados a pesquisas e na participação dos pesquisadores nos lucros devidos ao registro de patentes, auferidos pelas instituições empregadoras dos cientistas. Essa integração, contudo, ainda não alcançou o desejado nível de eficácia, e tem como conseqüência a redução nos ganhos de produtividade, além da menor capacidade de inovação das nossas indústrias. Segundo o representante da UNESCO no Brasil, Vincent Defourny, “nos **gastos empresariais** com Pesquisa e Desenvolvimento, a média dos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é o triplo da encontrada no Brasil. Para igualar esse patamar seria preciso aumentar (no Brasil) os gastos privados no setor de US\$ 9,95 bilhões ao ano para US\$ 33 bilhões”.

Devido ao pouco tempo transcorrido desde quando a formação de pesquisadores no Brasil atingiu considerável escala, parcela expressiva da nossa sociedade ainda não se apercebeu do significado das conquistas daí decorrentes para o futuro do país. Tal alheamento é mais intenso, como seria de esperar, nas regiões do território brasileiro onde a economia é menos dinâmica. No imaginário de parte da

nossa população, as instituições educacionais de nível superior (Universidades e Faculdades isoladas) existem, tão somente, para formar profissionais, o que tem indiscutível importância, porém, está longe de ser tudo o que lhes compete realizar. Grande parte da população da nossa terra, que identificava a Universidade Federal da Bahia como instituição dedicada a formar profissionais e a contribuir para o enriquecimento cultural da população pelo cultivo das artes, começa a nela reconhecer o importante desempenho das funções de formadora de pesquisadores e de realizadora de pesquisas científicas e tecnológicas.

A adequada **divulgação** do progresso na pesquisa tecno-científica, em termos que sensibilizem a população geral e atraiam o seu indispensável apoio, obriga à mobilização de pessoal especializado e requer a indispensável colaboração dos dirigentes dos meios publicitários. Em um dos seus números recentes, a revista “Pesquisa”, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), chama a atenção para a fase incipiente em que se encontra a **divulgação científica** no Brasil. Está dito, no artigo em apreço: “A compreensão de temas científicos estimula o pensamento crítico e é considerada um pré-requisito para a democratização da informação e para semear vocações em carreiras acadêmicas e tecnológicas...” A recém-instalada Academia de Ciências da Bahia deverá colaborar para a correta popularização dessas informações, como estímulo que incitará o respectivo debate, por parte do nosso público.

O Estado da Bahia foi beneficiado, em passado mais distante, com o funcionamento de um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CEPED) que, na transição entre a exclusividade da economia agro-exportadora e a moderna industrialização, contribuiu eficazmente para a implantação do Polo Petroquímico e da metalurgia de não-ferrosos, além de trazer inovações para a fruticultura local. De outro lado, em passado que já dista três a quatro décadas, a Bahia contou com o Museu didático de Ciência e Tecnologia, orientado por brilhante assessoria do Conselho Britânico e que teve apoio generoso da Petrobrás. Ambas essas entidades tiveram destino melancólico, destino do qual o Museu começou a livrar-se muito recentemente, graças à compreensão do atual Governo do Estado.

A fabricação de produtos manufaturados é sujeita ao respeito às leis da **propriedade intelectual**, formuladas, geralmente, por países cuja indústria foi implantada há muito tempo, a exemplo da Inglaterra, da Alemanha, da França, dos Países Escandinavos e dos Estados Unidos. Essa cobrança se tornou mais exigente desde a década de 1980, devido à crescente relação entre o progresso tecnológico e o avanço da chamada “economia do conhecimento”. Participaram de profundas controvérsias, de um lado, os países industrializados há mais tempo, e, de outra parte, os que sofrem de menor dinamismo na sua economia. Tais controvérsias desembocaram na celebração do acordo conhecido pela sigla TRIPS (Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights), datado de 1994, ao qual o Brasil deu a sua adesão. Mediante esse acordo, medidas legais rigorosas dificultaram a livre imitação de produtos e de tecnologias estrangeiras por meio da tradicional tática da engenharia reversa adotada por empresas de várias nações. Afim de superar as restrições devidas ao acordo “Trips”, tornou-se necessário recorrer à **produção com tecnologias desenvolvidas nos próprios países.**

Este breve histórico foi essencial à elucidação dos **motivos** pelos quais está sendo criada a Academia de Ciências da Bahia, com objetivos que, ressalvadas pequenas alterações, figuram no seu Estatuto:

- a) **incentivar** a realização, entre nós, de pesquisas sobre temas relevantes da ciência e da tecnologia, tanto em entidades públicas como privadas;
- b) **estimular** a formação de pesquisadores, preferentemente em instituições universitárias que já possuam ou aspirem criar tradição em linhas de investigação de reconhecida relevância, e que possam gerar tecnologias consideradas “de ponta” no momento dado;
- c) **analisar** em profundidade e promover a aplicação das leis de **inovação na pesquisa científica e tecnológica**, junto ao ambiente produtivo nacional;
- d) contribuir para os levantamentos regionais relativos à produção em ciência e tecnologia, visando o estabelecimento de metas mais consistentes com os propósitos do governo e das empresas privadas locais;
- e) **estimular** o aperfeiçoamento do ensino das ciências em todas as idades, com a metodologia e os materiais de ensino ajustados às peculiaridades dos alunos;
- f) **servir de elo** entre cientistas ligados a instituições locais e entidades projetadas nacional e internacionalmente, visando a troca de informações em caráter pessoal, assim como a criação de oportunidades para trabalhos em parcerias;
- g) **apoiar iniciativas** que visem a popularização da ciência, quer na área do jornalismo científico, como pela organização de museus de ciência e tecnologia com feitiço didático;
- h) **promover** a formação de lideranças que atuem no cumprimento dos itens *a, b, c, d, e, f* e *g* acima enunciados;
- i) **atribuir prioridade** à apreciação de projetos técnico-científicos que contribuam para a **inclusão social**;
- j) **ocupar-se** com a criação de oportunidades de emprego para cientistas que tenham formação adequada, preferentemente para os que se disponham a trabalhar em regime de dedicação exclusiva;
- k) **apoiar** o registro de fatos relevantes para a história da ciência e da tecnologia, tanto em âmbito local como global.

Desejo congratular-me com os demais membros da Academia, especialmente, com os escolhidos para os cargos de direção da mesma entidade. Reafirmo os nossos agradecimentos aos órgãos que têm permitido a essa Academia de Ciências da Bahia dar os seus primeiros passos, como sejam a Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, e a Federação da Indústria da Bahia. E acrescento os meus agradecimentos aos que compareceram à presente sessão inaugural, em especial ao Senhor Governador do Estado, na certeza de que esta Academia contribuirá para a aceleração do progresso da Bahia e do Brasil e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida dos nossos conterrâneos.

Bahia, Maio de 2.011

Roberto Figueira Santos